



MACAÚBAS MEIO AMBIENTE S.A.

CNPJ Nº 03.299.837/0001-71

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o relatório anual da administração e as demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024 da Macaúbas Meio Ambiente S.A. A Administração agradece a todos que contribuíram para os resultados alcançados, especialmente a nossa equipe de colaboradores pelo empenho e dedicação, aos fornecedores e prestadores de serviços pela qualidade e pontualidade e aos clientes pela credibilidade em nosso trabalho. Sabará-MG, 21 de abril de 2025.

Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.673	14.240
Contas a receber	5	7.740	6.762
Tributos a recuperar	6	5.707	1.568
Estoques	-	905	769
Total do ativo circulante		20.025	23.339
Ativo não circulante			
Depósitos judiciais	13.b	33	150
Partes relacionadas	12	1.712	1.712
Imobilizado	7	74.122	75.015
Total do ativo não circulante		75.867	76.877
Total do ativo		95.892	100.216
Passivo circulante			
Fornecedores	8	3.247	2.804
Empréstimos e financiamentos	9	3.333	6.690
Obrigações tributárias	10	1.188	1.147
Obrigações trabalhistas	11	2.283	2.105
Outros passivos	-	8	9
Total do passivo circulante		10.059	12.755
Passivo não circulante			
Empréstimos e financiamentos	9	-	3.333
Partes relacionadas - debêntures	12	29.079	27.479
Tributos diferidos	-	716	851
Provisão p/ demandas judiciais	13.a	137	830
Provisão p/ desmobilização de aterros	14	31.327	28.832
Total do passivo não circulante		61.259	61.325
Patrimônio líquido	15		
Capital social		24.494	24.494
Reservas de legal		80	1.642
Total do patrimônio líquido		24.574	26.136
Total do passivo e patrimônio líquido		95.892	100.216

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional
A Macaúbas Meio Ambiente S.A. (Companhia) é uma sociedade anônima de capital de fechado, controlada da Vital Engenharia Ambiental S.A., com sede na cidade de Sabará – MG, iniciou suas operações em novembro de 2008 e tem como objetivo específico a execução, por meio de Parceria Público-Privada na modalidade Concessão Administrativa do Serviço Público, à disposição final, em aterro sanitário, e tratamento dos resíduos sólidos urbanos classificados, segundo a ABNT, como sendo classe II-A e classe II-B, provenientes da limpeza urbana do Município de Belo Horizonte – MG, pelo prazo de 25 anos contados da data de assinatura do contrato em 20 de novembro de 2008.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis
2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis - a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)). A elaboração das demonstrações contábeis em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas exige a utilização de determinadas estimativas contábeis e políticas contábeis materiais. As áreas em que os julgamentos e estimativas significativos foram feitos para a elaboração das demonstrações contábeis são apresentadas na Nota Explicativa nº 3.13. Em 21 de abril de 2025, a Diretoria da Companhia aprovou estas demonstrações contábeis e autorizou a sua divulgação. **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações contábeis são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional de apresentação da Companhia. **d) Continuidade:** A administração avaliou a habilidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse pressuposto de continuidade. **e) Uso de estimativas e julgamentos:** Ao preparar as demonstrações contábeis, a administração da Companhia se baseia em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem a mensuração de instrumentos financeiros, provisão para perdas em ativos, provisão para imposto de renda e contribuição social e outras avaliações similares. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais.

3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas
3.1. Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários, denominados em moeda corrente, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias e para os quais existem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento. A Companhia possui classificados em caixa e equivalentes de caixa saldos em conta corrente bancária e aplicações financeiras, conforme Nota Explicativa nº 4. **3.2. Instrumentos financeiros - i) Ativos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece os ativos financeiros inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras. Os ativos ou passivos financeiros são compensados pelo valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo. **ii) Passivos financeiros não derivativos:** A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo dos passivos designados pelo valor justo registrados no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte nas disposições contratuais do instrumento. Os passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos a valor justo por meio do resultado. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **iii) Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos. De acordo com suas políticas financeiras, a Companhia não efetua operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo. **3.3. Contas a receber:** Os valores a receber são demonstrados a valor justo, já deduzidos da provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa, que é constituída, quando necessário, em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização das contas a receber, considerando os riscos envolvidos. Essa avaliação, realizada periodicamente, considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores. **3.4. Estoques:** Os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, reduzido por provisão para perda ao valor de mercado, quando aplicável. O custo dos estoques inclui gastos incorridos na produção, transporte e armazenagem dos estoques. No caso de estoques acabados, o custo inclui os gastos gerais de fabricação baseados na capacidade normal de operação. A Companhia utiliza o método de custeio por absorção. Os custos diretos são apropriados mediante apontamento de forma objetiva, e os custos indiretos são apropriados por meio de rateio com base na capacidade normal de produção, incluindo gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em tratamentos às suas localizações e condições existentes. A Companhia reconhece as perdas, quando aplicável, nos estoques considerando a diferença entre o preço praticado e custo médio apurado. **3.5. Imobilizado - Reconhecimento e mensuração:** Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Empresa inclui: (i) o custo de materiais e mão de obra direta; (ii) quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessária para que esses sejam capazes de operar de forma pretendida pela administração; e (iii) os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados. Os *softwares* comprados, que fazem parte integrante da funcionalidade de um equipamento são capitalizados como parte daquele equipamento. Os ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. **Custos subsequentes:** O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item, caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Empresa e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido reposto por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. **Depreciação:** A depreciação é reconhecida no resultado com base no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, visto que esse método é o que

mais perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir do mês subsequente à data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revisados a cada encerramento de exercício financeiro desde que ocorram mudanças significativas em relação às variáveis que possam alterar a vida útil dos ativos e a mensuração posterior dos ativos, e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. **3.6. Provisão para desmobilização de ativos:** Há muitos fatores que podem afetar o prazo e os valores a serem desembolsados com relação às obrigações para desmobilização. Esses fatores incluem atividades exploratórias e de desenvolvimento futuras, mudanças nos custos, alterações tecnológicas e na legislação, que não podem ser previstas pela Administração. Devido ao alto grau de incerteza, os gastos reais futuros podem ser alterados significativamente dos valores atualmente provisionados. A provisão para desmobilização do aterro está relacionada com as obrigações ambientais da Companhia com o fechamento do aterro e cuidados após o fechamento de acordo com a lei NBR nº 13.896/1997. Portanto, Companhia registra com a provisão o valor presente dos gastos futuros relacionados à área explorada. Mudanças de circunstâncias, lei ou tecnologia podem afetar as estimativas e periodicamente o montante provisionado é revisado e ajustado quando necessário. Esta provisão está classificada no passivo não circulante de acordo com a data prevista para ocorrência das atividades de desmobilização. A provisão é a melhor estimativa do valor presente dos fluxos de caixa futuros necessários para liquidar a obrigação de restauração na data do balanço, com base nas exigências legais e na tecnologia atual. Futuros custos de restauração são revisados anualmente e as alterações são refletidas no valor presente da disposição no final do exercício. O montante da provisão para custos de restauração futuro é capitalizado como um ativo imobilizado e é depreciado de acordo com a vida útil do aterro. O passivo não circulante é atualizado pela taxa de desconto real da Companhia. O ativo é depreciado de forma linear. **3.7. Fornecedores:** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Contas a pagar a fornecedores são reconhecidas, inicialmente, pelo seu valor justo e, subsequentemente, pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando relevantes, os valores de contas a pagar a fornecedores são ajustados pelo seu valor presente, sendo consideradas as seguintes premissas para o cálculo: i) o montante a ser descontado; ii) as datas de liquidação; e iii) a taxa de desconto, conforme IFRS13/CPC 46 - Mensuração do Valor Justo e CPC 12 - Ajuste a Valor Presente. O ajuste a valor presente de compras a prazo é registrado nas contas a pagar e tem como contrapartida a conta de custo dos produtos vendidos, posteriormente o valor registrado no contas a pagar é apropriado na rubrica de despesas de juros pela fruição de prazo de pagamentos. **3.8. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que a Empresa tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, doze meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **3.9. Imposto de renda e contribuição social:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período são calculadas pelo regime de tributação do Lucro Real. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os encargos de imposto de renda e contribuição social são calculados com base nas leis tributárias promulgadas na data do balanço. A alíquota do imposto de renda é 15% com adicional de 10% sobre uma base superior a R\$ 240 anuais e a alíquota da contribuição social é de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **3.10. Avaliação do valor recuperável de ativos:** A administração revisa, no mínimo anualmente, o valor contábil líquido dos principais ativos, com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Com base na avaliação da administração, não foram identificados indicadores de perdas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023. **3.11. Receitas:** A receita do contrato compreende o valor inicial acordado no contrato acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, reclamações e pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receita e possam ser mensuradas de forma confiável. Tão logo o resultado de um contrato de prestação de serviços possa ser estimado de maneira confiável, a receita do contrato é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão do contrato. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo contrato de prestação de serviço celebrado entre a Companhia e seus clientes. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. **3.12. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, ajustes de desconto a valor presente das provisões e contraprestação contingente, perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (“impairment”) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis). Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **3.13. Principais julgamentos e estimativas contábeis:** As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das deficiências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da administração. Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa. A evidência considerada inclui qualquer evidência adicional proporcionada por eventos após a data do balanço. Com base em evidências, a Empresa adota como política do reconhecimento inicial, apenas quando: **a)** Tem uma obrigação na data das demonstrações contábeis como resultados de evento passado; **b)** É provável (isto é, mais probabilidade de que sim do que não) que será exigida a transferência de benefícios econômicos para liquidação; e **c)** O valor da obrigação pode ser estimado de

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Notas	31/12/2024	31/12/2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais:			
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(1.464)	6.228
Itens de resultado que não afetam o caixa			
Depreciação	7.b	5.750	7.790
Provisão (reversão) para demandas judiciais	13.a	(693)	669
Juros sobre empréstimos/financiamentos	9.b	1.140	911
Juros sobre debêntures	12.f	5.970	5.945
Lucro ajustado		10.703	21.543
Variações nos ativos e passivos:			
Contas a receber	5	(978)	672
Tributos a recuperar	6	(4.139)	(1.254)
Estoques	-	(136)	(203)
Depósitos judiciais	13.b	117	(150)
Outros ativos	-	-	184
Fornecedores	8	443	(232)
Obrigações tributárias	10	(192)	(7.358)
Obrigações trabalhistas	11	178	205
Partes relacionadas	12	-	(1.712)
Pagamento de juros empréstimos e financiamentos	9.b	(1.140)	(911)
Outros passivos	-	(1)	2
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		4.855	10.786
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	7.b	(2.362)	(7.101)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(2.362)	(7.101)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Aquisições de empréstimos e financiamentos	-	-	10.000
Amortização de empréstimos e financiamentos	9.b	(6.690)	(27)
Pagamento de debêntures	12.f	(4.370)	(7.300)
Pagamento de dividendos	-	-	(8.288)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento		(11.060)	(5.615)
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(8.567)	(1.930)
Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	-	14.240	16.170
No final do exercício	-	5.673	14.240
Redução de caixa e equivalentes de caixa		(8.567)	(1.930)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

	Notas	Cap-pital social	Reservas de lucros	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2022	24.494	1.508	5.742	-	-	31.744
Distribuição de dividendos conf. AGE de 04/07/2023	-	-	-	(5.742)	-	(5.742)
Distribuição de dividendos conf. AGE de 17/11/2023	-	-	-	(2.546)	-	(2.546)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.680	2.680
Constituição de reserva legal	-	-	134	-	(134)	-
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	2.546	(2.546)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	24.494	1.642	-	-	-	26.136
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(1.562)	(1.562)
Absorção do prejuízo	-	-	(1.562)	-	1.562	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	15.a	24.494	80	-	-	24.574

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

maneira confiável. Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2024 e 2023, não se configura a existência de riscos contingenciais que se caracterizam por riscos de perdas prováveis ou possíveis. **3.14. Novos pronunciamentos para pequenas e médias empresas:** O *International Accounting Standards Boards* (IASB) está realizando uma revisão ampla do *IFRS for SMEs Standards*, equivalente ao Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas – CPC PME (R1). O *draft* do documento está em fase de discussão e contribuições para sua edição. A revisão das normas precisa ser aprovada pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para a adoção para pequenas e médias empresas.

4. Caixa e equivalente de caixa	31/12/2024	31/12/2023
Bancos conta movimento	5.673	1.294
Aplicações de liquidez imediata (I)	-	12.946
Total	5.673	14.240

(I) As aplicações financeiras estão substancialmente concentradas em Certificados de Depósitos Bancários (CDBs), mantidas em instituições financeiras de primeira linha, com remuneração de 100% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) em 2023.

5. Contas a receber	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber (I)	7.740	6.762
Total	7.740	6.762

(II) Representado por serviços prestados, provenientes da limpeza urbana do Município de Belo Horizonte. Em 31 de dezembro de 2024, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para perdas esperadas de crédito. Considerando que o saldo total das contas a receber é a vencer em até 30 dias, não se faz necessário a abertura do *aging list*.

6. Tributos a recuperar	31/12/2024	31/12/2023
IRRF a recuperar (I)	2.720	1.322
IRPJ do ano vigente a recuperar	-	1.007
IRPJ de anos anteriores a recuperar	1.505	97
CSLL do ano vigente a recuperar	364	-
CSLL de anos anteriores a recuperar	-	45
INSS a recuperar	111	104
Total	5.707	1.568

(I) Variação decorrente do aumento da alíquota de retenção do IRRF de 1% para 4,8% pelos clientes da administração pública municipal com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), por ocasião do julgamento do Recurso Extraordinário com Repercução Geral nº 1.293.453/RS e na Ação Civil Originária nº 2897. A Administração avalia que a recuperabilidade do saldo de tributos a recuperar em 31 de dezembro de 2024, seja realizado no decorrer do exercício de 2025, dos quais foram declarados em ECF e o pedido de restituição enviado à Receita Federal do Brasil.

		31/12/2024	31/12/2023
a) Composição	Taxa anual de depreciação %	Depreciação acumulada	Valor residual
	Custo	residual	Valor residual
Terrenos		15.166	15.166
Instalações	20	106.325 (72.220)	34.105 29.827
Equipamentos de campo	5	2.127 (1.964)	163 150
Veículos	5	1.593 (1.490)	103
Aterros	7	31.327 (8.582)	22.745 22.742
Outras imobilizações	10	2.029 (189)	1.840 7.130
Total		158.567 (84.445)	74.122 75.015

b) Movimentação do imobilizado					
Saldos em		Prov. p/	Trans-	(-)	
31/12/2023	Aqui-	desmobi-	ferên-	Depre-	Saldos em
	sição	lização (I)	cias	ciação	31/12/2024
Terrenos	15.166	-	-	-	15.166
Instalações	29.827	-	7.471	(3.193)	34.105
Equip. de campo	150	51	-	(38)	163
Veículos	-	110	-	(7)	103
Aterros - prov. p/					
desmobilização (I)	22.742	-	2.495	(2.492)	22.745
Outros	7.130	2.201	(7.471)	(20)	1.840
Total	75.015	2.362	2.495	(5.750)	74.122

Saldos em 31/12/2022	Aqui-sição	Prov. p/ Trans-desmobi-lização (I)	ferên-cias	(-) Depre-ciação	Saldos em 31/12/2023
15.166	-	-	-	-	15.166
35.312	-	-	-	(5.485)	29.827
158	26	-	-	(34)	150
6	-	-	-	(6)	103
22.742	-	9.405	-	(2.245)	22.742
75	7.075	-	-	(20)	7.130
66.299	7.101	9.405	-	(7.790)	75.015

(I) A Companhia constitui a provisão para desmobilização e fechamento de aterros, conforme Nota Explicativa nº 15. Em 31 de dezembro de 2024, foi adicionado em seu ativo o valor de R\$ 2.495 (R\$ 9.405 em 31 de dezembro de 2023) referentes aos custos para desmobilização do aterro após o encerramento de sua vida útil.

continua

Este documento foi assinado digitalmente por Ediminas S A Editora Grafica Industrial De Minas.
Para verificar as assinaturas vá ao site <https://assinaturas.certsign.com.br:443> e utilize o código 6BD7-8D9B-27F3-5044.

PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://assinaturas.certisign.com.br/Verificar/6BD7-8D9B-27F3-5044> ou vá até o site <https://assinaturas.certisign.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 6BD7-8D9B-27F3-5044



Hash do Documento

rCnkNN9j3prEJoBKPwMbu79QxabLdAhb2s8g6gvvM68=

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/04/2025 é(são) :

☒ Ruy Adriano Borges Muniz (ADMINISTRADOR) - 19.207.588/0001-87 em 25/04/2025 22:11

UTC-03:00

Tipo: Certificado Digital - EDIMINAS S A EDITORA GRAFICA INDUSTRIAL DE MINAS - 19.207.588/0001-87

